



FILIAIS E AGÊNCIAS DO BNU

A Presença do Banco Nacional Ultramarino em Angola

1865 – 1926

O Banco Nacional Ultramarino foi criado por Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, assinada pelo rei D. Luís e subscrita por José Mendes Leal, Ministro da Marinha e Ultramar e João Crisóstomo de Abreu e Sousa, Ministro das Obras Públicas.

O Governo de então, reconhecendo o urgente interesse de dotar as nossas colónias, de um estabelecimento bancário que permitisse libertá-las da penúria em que se achavam, foi de encontro a essas dificuldades, autorizando o banco a funcionar nas antigas colónias ultramarinas portuguesas.

Em portaria de 09 de Junho de 1865, era estabelecida a sucursal de Luanda do BNU.

A atividade do BNU em Angola iniciou-se em 1865, com a abertura da filial de Luanda. Juntaram-se balcões em Benguela e Moçâmedes em 1868, em Novo Redondo em 1915, no Lobito e em Malange em 1918, em Cabinda em 1919 e no Bié (depois Silva Porto) e no Lubango (depois Sá da Bandeira), em 1921.

A primeira emissão do BNU, impressa em réis, foi emitida pela sucursal de Luanda em 1865, destinada a Angola, que circulou também em Cabo Verde e mais tarde em São Tomé e Príncipe e Moçambique.

O primeiro benefício importante prestado pela sucursal do BNU em Angola foi fornecer ao Estado os meios para se regularizar o pagamento dos vencimentos dos funcionários da colónia, que andavam sempre atrasados.

Neste período histórico Angola acabava de sair do nocivo tráfico da escravatura, durante o qual se assistiu à saída forçada de milhares de indivíduos para a América que faziam falta à própria colónia.

Só em meados do século XIX se inverteria esta situação, com a publicação do decreto de 10 de Dezembro de 1836, que erradicava tal tráfico e com o decreto de Abril de 1878, que regulamentava o trabalho rural livre.

Nesta passagem, a província ficou propensa a iniciativas particulares, manifestando-se desde logo a concorrência de empresas agrícolas, comerciais e mesmo industriais, perante o novo regime de trabalho.



Foi nesta transição que surgiu a ideia de criação de uma instituição bancária que representasse um incitamento e um apoio material e seguro a todas as iniciativas de investimento, nas antigas províncias ultramarinas portuguesas.

A criação do BNU teve como objetivo primordial auxiliar o comércio, a agricultura, a indústria e promover os melhoramentos materiais em Angola e nas restantes possessões ultramarinas.

Em 1876, o BNU prestava um grande serviço à ex-província assumindo o encargo da navegação a vapor no rio Cuanza. Obrigava-se a financiar a navegação no mesmo, para não haver interrupção nas carreiras regulares, o que se considerava como um caminho indispensável ao desenvolvimento do comércio em Angola, uma vez que ainda não existia uma linha de caminho-de-ferro a ligar Luanda com outras localidades importantes para a economia da província, como Cazengo e Gulungo Alto.

O ano de 1877 ficou marcado pelo início das expedições de exploração dos territórios africanos portugueses. Destaca-se a expedição do capitão Alexandre Serpa Pinto e o comandante Hermenegildo Capelo com o objetivo de exploração da bacia hidrográfica do rio Zaire, tendo o BNU participado com os meios necessários para a realização da viagem.

Em 1900, o BNU vendeu seis propriedades em Angola (Protótipo, Palmira, N`Delagando, Colónia de S. João, Cagica e Montalegre) ajudando à formação da Companhia Agrícola do Cazengo para que as propriedades não ficassem em mãos estrangeiras. O banco ficou detentor de ações da Companhia e fez uma emissão no valor de 1.200 contos.

Dois anos mais tarde, o Governo era autorizado a construir o caminho-de-ferro de Ambaca e Malanje, como prolongamento de Luanda a Ambaca, que já vinha sendo explorado por aquela Companhia. O BNU concedeu um empréstimo de 150:000\$000 réis para financiamento de parte da obra.

Em Angola, disposições posteriores às de 1864 e 1865 vieram regular, de novo, o exercício das atribuições bancárias no ultramar. Dessas disposições destacam-se a lei de 27 de Abril de 1901.

De acordo com os novos estatutos do BNU e em harmonia com essa lei, era celebrado o novo contracto, em 1901, entre o Governo e o Banco para o exercício do privilégio da emissão de notas e de obrigações prediais nas províncias do ultramar.

Ainda há a frisar, neste contrato, o dever imposto ao Banco de aumentar o número de agências em território ultramarino português e o de estas se constituírem como caixa do tesouro do Estado, nesses mesmos territórios.

Apesar de todo o seu esforço para desenvolver Angola, chegados a 1903, a situação do BNU não era estável neste território. Os empréstimos concedidos para o financiamento de algumas obras públicas, como a construção do caminho-de-ferro de Lucala até Malange, contribuíram para um esforço suplementar do Banco. Por outro lado, o Governo recorria muitas vezes aos saques do BNU para colmatar défices na província.



No ano de 1913, assistiu-se à construção da agência do Lobito que se esperava promissora pelas vantagens do futuro caminho-de-ferro para o Catanga. No ano seguinte, o Tesouro da Província de Angola encontrava-se numa situação debilitária já com antecedentes. A ação do governador Norton de Matos¹, em 1914, levou a que todas as dívidas da província fossem liquidadas, contando para o efeito com o auxílio do BNU. Em 1915, em consonância com o intuito de desenvolver quanto possível o movimento comercial e agrícola no nosso vasto domínio colonial, eram erigidas agências privativas nas localidades, em que pelo seu movimento e situação se justificava o seu estabelecimento.

Nesta conformidade era inaugurada em 1915, a agência do BNU de Novo Redondo.

Um ano mais tarde eram erigidas as agências de Lobito e Malange.

Em 1916, o BNU assinava a escritura que reconhecia a Companhia dos Diamantes de Angola, sendo o mesmo um dos acionistas. A Companhia de Diamantes de Angola, mais conhecida como “Diamang”, era uma empresa de capitais mistos de grupos financeiros de Portugal, Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra e África do Sul.

No ano de 1917, o BNU continuava a prestar auxílio ao Estado sempre que este o solicitava. Deste modo, satisfaz o pedido do último ministério de Afonso Costa de um empréstimo até 800 contos, para o pagamento de despesas militares com a ocupação pacífica de Angola.

Um ano mais tarde, o banco adquiria ações de algumas poderosas companhias coloniais, cujos interesses com o BNU se conjugavam. Entre aquelas figuravam as antigas ações da Companhia Agrícola do Cazengo, cuja compra tinha sido proposta ao BNU pelo grupo financeiro que a seu cargo tomou a reorganização da Companhia e cuja venda foi efetuada de acordo com o voto unânime dos 20 maiores acionistas do BNU.

Em 1919, era inaugurada uma agência do BNU em Cabinda.

Neste ano foram também reforçados os interesses acionistas do BNU na Companhia das Pesquisas Mineiras de Angola, na Companhia do Petróleo de Angola e na Companhia dos Diamantes de Angola – cujas explorações se apresentavam prometedoras.

¹ Militar e político português, nasceu em Ponte de Lima. Depois de frequentar a Universidade de Coimbra, cursa a Escola do Exército em Lisboa e é colocado como alferes no regimento da cavalaria n.º 4. Parte depois para a Índia (1898), onde organiza os cadastros das terras. Regressa a Portugal aquando da proclamação da República e adere ao novo regime. Em 1911 é chefe do Estado-Maior e em 1912 aceita o cargo de governador de Angola. Graças à sua experiência colonial é nomeado, em 1915, ministro das Colónias. Quando se dá o golpe sidonista exila-se em Londres, e depois da morte de Sidónio regressa ao país, retomando os seus cargos. É delegado de Portugal na Conferência de Paz de Paris, em 1921. Posteriormente é promovido a general e nomeado alto-comissário em Angola, onde procura beneficiar a região com novas estruturas. De 1924 a 1926 exerce, em Londres, o cargo de embaixador, mas a revolução de 28 de Maio de 1926 afasta-o do cargo que ocupava brilhantemente. Adversário do regime salazarista, apresenta a sua candidatura à presidência da República nas eleições de 1948, juntando à sua volta um núcleo de resistência à ditadura. Perdidas as eleições, retira-se da vida política. Foi Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa e são numerosos os trabalhos que publicou, como por exemplo: "A província de Angola" (1926) e "Memórias e trabalhos da minha vida" (1943-46), 2 vols.
In: http://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/galeriaautores/nortonmatos



Obedecendo a diretas solicitações do Governo ao Ministério das Colónias, o BNU teve o ensejo de apresentar uma proposta para a realização do empréstimo destinado aos serviços do caminho-de-ferro de Luanda. Assegurando ao mesmo tempo em sua subscrição, vantajosa preferência aos portadores de obrigações da Companhia dos Caminhos-de-Ferro através d'África, o qual visada ao alargamento da rede ferroviária da província, dotando-a com o material necessário à sua exploração.

Em Kinshasa, o centro comercial mais importante do antigo Congo Belga, onde a colónia portuguesa se tinha expandido com sucesso, instalava-se em 1919, uma agência do BNU que, posteriormente, em 1926 seria cedida ao Banco de Angola.

Em 1921 chegava a Angola o alto-comissário Norton de Matos. O general chegou a Luanda com o objetivo de realizar uma obra de fomento rápida e colonial. Das suas ideias de fomento do território Angolano destacava-se a abertura ao capital estrangeiro, das atividades que não tivessem possibilidade de obter capital nacional. Apesar da estratégia apresentada pelo alto-comissário, a situação na província não apresentava melhorias no que toca ao seu desenvolvimento, bem como à luta contra a escassez de numerário.

Apesar do esforço do BNU, que contribui com vastos empréstimos, assim como o Governo da República, não se viam resultados de investimentos efetuados. Prova do empenho do BNU foi a criação da Companhia Agropecuária de Angola, destinada a exercer a agricultura cerealífera, a fruticultura e a exploração pecuária na província.

Em 1923, estávamos perante uma crise financeira grave, com falta de créditos externos e atraso na conclusão de algumas grandes obras. As dívidas eram imensas e não havia capacidade de as pagar. O BNU, principal financiador de Angola, não permitia transferências para o exterior.

Neste ano, uma medida caracteriza por Veríssimo Serrão² como ousada, o alto-comissário criou o Banco de Angola, através do Decreto nº 364, de 14 de Setembro. Acolhido com grande entusiasmo

² Joaquim Veríssimo Serrão, Professor Universitário e historiador, natural de Santarém (8/7/1925). Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra (1948), foi leitor de Cultura Portuguesa na Universidade de Toulouse (1950-1960), onde obteve com distinção o grau de Doutor (1953), vindo ainda a doutorar-se em Ciências Históricas na Universidade de Coimbra (1956). Contratado para primeiro-assistente da Faculdade de Letras de Lisboa (1961), ascendeu, em 1965, a professor extraordinário da secção de História. Director do Centro Cultural Português de Paris (1967-1972), regressou à Faculdade de Letras de Lisboa (1972) a fim de prestar provas para catedrático, em que foi aprovado por unanimidade. Exerceu o cargo de reitor da Universidade de Lisboa (1973-1974) e foi, de 1980 a 1984, presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Santarém. Recebeu em 1954, o Prémio Alexandre Herculano, em 1965, o Prémio D. João II e, em 1992, o Prémio Identidade Nacional. É autor de centenas de trabalhos de investigação sobre temas da história portuguesa; de notáveis relações culturais com as Universidades de Espanha e de França; figuras e correntes da historiografia nacional; e ainda, sobre a história do Brasil nos séculos XVI e XVII. É sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa de História, a que presidiu de 1975 a 2005, da Academia da Marinha, da Associação dos Arqueólogos, da Académie du monde Latin de Paris, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e das Academias Nacionais de la Historia da Venezuela, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia, da Colômbia, do Chile, Porto Rico e da República Dominicana, assim como de outras instituições científicas nacionais e estrangeiras, como a Real Academia de la Historia de España. É igualmente Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Montpellier (1974), Complutense de Madrid (1995) (Cáceres). É comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, Brasil (1966), Grã-Cruz das Ordens do Mérito Civil (1990), e de Afonso X o Sábio, de Espanha (1995), da Ordem de Andrés Bello, da Venezuela (1994), bem como da Medalha de Plata da Galiza (1993). No ano de 1995 foi distinguido com o Prémio Príncipe de Astúrias em Ciências Sociais e recentemente nomeado membro efetivo da Academia Européia de Yuste (2000). Em 2006 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago de Espada. Pelo excepcional mérito do seu percurso pessoal e académico, recebeu a Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra em 19 de Abril de 2007 e o título Professor Honoris Causa do Instituto Politécnico de Santarém em 2011. In: <http://cijvs.cm-santarem.pt/index.php/cijvs1/j-verissimo-serrao>



pela população angolana, o novo banco colocava em risco os compromissos assumidos com o BNU, o que lançaria a província numa grave crise económico-financeira. Este decreto não pôde, contudo, entrar em vigor, porque não recebeu confirmação do governo da República. Gerou-se assim um impasse que só seria resolvido em 1926, através do Decreto com força de Lei n.º 12 131, que criava oficialmente o Banco de Angola.

Algumas províncias ultramarinas recusaram aceitar as novas notas emitidas pelo Banco de Angola. O BNU opôs-se continuar as negociações com o alto-comissário, que se viu sem qualquer apoio financeiro na esfera nacional, partindo para Londres com o intuito de solicitar apoio financeiro, não regressaria, pedindo a exoneração do cargo a 14 de Junho de 1924.

Até 1926, o BNU gozou dos privilégios do exclusivo da atividade bancária em Angola, ao abrigo de diversas disposições legais.

Anteriormente, por contrato de 26 de junho de 1922, o BNU tinha-se comprometido a efetuar dois empréstimos à colónia, um de 3 mil contos-ouro, outro de 10 mil contos-ouro, para fins de fomento, ao mesmo tempo que a circulação fiduciária de Angola era autorizada a expandir-se até ao montante de 50 mil contos.

Porém, este contrato não pôde ser cumprido na íntegra, por um lado, porque o BNU apenas foi capaz de realizar o primeiro dos dois empréstimos previstos, por outro, porque a depreciação do escudo angolano, até meados da década de 20, fez com que o valor corrente dos empréstimos previstos excedesse em muito o limite imposto à circulação fiduciária, impedindo a sua utilização sem efeitos inflacionistas.

O decreto com força de Lei n.º 12 123 ratificou uma convenção entre Angola e o BNU, pela qual a primeira, renunciava a receber o empréstimo de 10 mil contos-ouro, contratado, e o segundo, renunciava ao privilégio de emissão fiduciária na colónia.

Nesta conformidade, o Banco de Angola recebeu o aparelho material e humano do BNU em Angola (além da sucursal do BNU no Congo Belga) e o ativo correspondente aos empréstimos do BNU na mesma, assumindo, em contrapartida, a responsabilidade pela emissão e pelos depósitos no BNU na colónia. Assim, todas as agências existentes em território angolano que eram pertença do BNU passaram para a esfera do Banco de Angola. Mais tarde, o capital do Banco de Angola aumentou para 60 mil contos, pelo decreto n. 17 155, de 26 de julho de 1929.



Todo aquele capital ficou nas mãos do Estado Português, quando a falência técnica do BNU, na sequência da crise de 1929, obrigou à intervenção do Estado no banco, sendo as ações do Banco de Angola, tal como os seus valores, entregues à Caixa Geral de Depósitos, em troca do apoio recebido.

~

Miguel Costa

Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Novembro de 2015



GALERIA DE FOTOS



Filial do BNU de Luanda. Inaugurada em 1865.



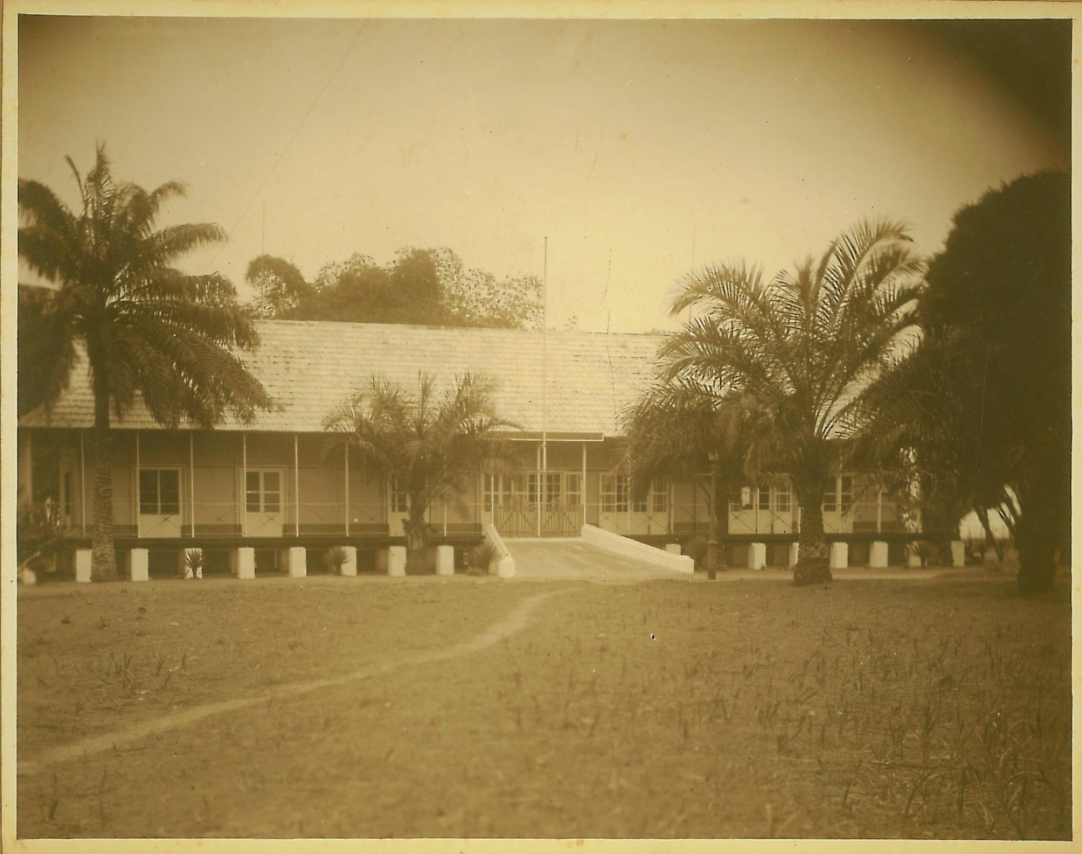
Agência do BNU em Benguela. Inaugurada em 1868.



Agência do BNU em Malange. Inaugurada em 1918.



Agência do BNU no Lobito. Inaugurada em 1918.



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

CABINDA

Pavilhão da Agencia

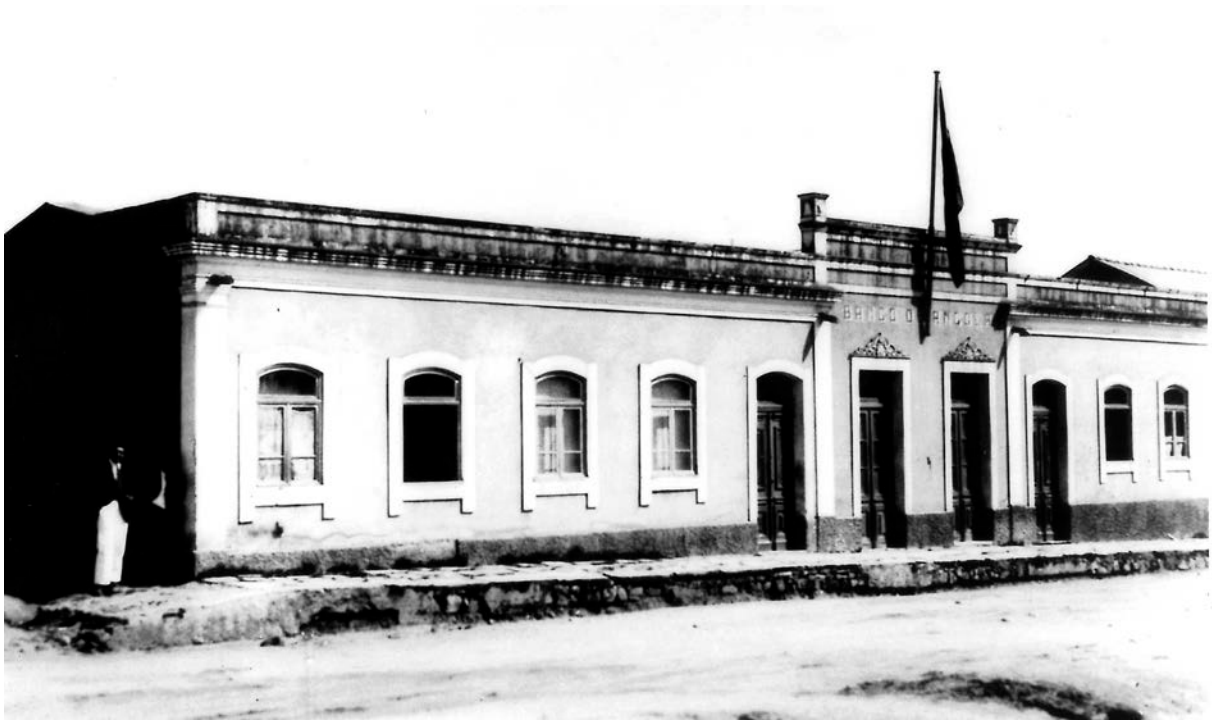
Agência do BNU em Cabinda. Inaugurada em 1919.



Agência do BNU em Kinshasa. Inaugurada em 1919.



Agência do Banco de Angola em Mossâmedes em 1926-11-01. Antiga agência do BNU, inaugurada em 1868.



Agência do Banco de Angola em Sá da Bandeira em 1926-11-01. Antiga agência do BNU, inaugurada em 1921.



Agência do Banco de Angola no Novo Redondo em 1926-11-01. Antiga agência do BNU, inaugurada em 1915.